



Passarinho reúne-se com Ulysses e fica acertado o esquema de votação em 2º turno

Mesa dá prioridade a emendas supressivas

BRASÍLIA — A Mesa da Constituinte dará prioridade à votação das emendas supressivas, cuja aprovação eliminará automaticamente outras que tratam do mesmo assunto. A decisão foi acertada durante reunião dos líderes partidários com o presidente Ulysses Guimarães, o relator Bernardo Cabral e os relatores auxiliares. Nos assuntos em que não houver emendas supressivas abrangentes, serão apreciados em primeiro lugar os pedidos de destaque da liderança do PMDB para suas 98 emendas.

Pelo que foi decidido na reunião com Ulysses, a primeira emenda a ser votada sobre a questão das terras produtivas será a do líder peemedebista Nelson Jobim — ele quer a supressão dos dispositivos que impedem a desapropriação de terras produtivas para fins de reforma agrária.

Em seguida será apreciada a emenda do deputado Paulo Macarini, vice-líder do PMDB, que mantém o princípio do tabelamento dos juros bancários na Constituição, sem no entanto definir um teto máximo. A proposta do deputado acrescenta que, enquanto não for promulgada a lei ordinária disciplinando o assunto, os juros não poderão superar os 12% ao ano.

O senador Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL) terá sua emenda votada em terceiro lugar — ele pretende restabelecer o texto original do projeto sobre a lei de greve, pois acha que o dispositivo aprovado em primeiro turno teve seu conteúdo alterado pela redação do relator Bernardo Cabral. O senador argumenta que o texto original não cria restrições a greves nas atividades essenciais, porque refere-se apenas ao fato de que, nesses setores, a lei disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Pela redação de Cabral, a lei definirá os serviços e atividades essenciais, determinando as necessidades inadiáveis da comunidade em relação a cada um deles.

FUNCIONALISMO

A quarta emenda apresentada pelo PMDB também é de autoria do deputado Nelson Jobim. Seu objetivo é impedir o ingresso no serviço público sem concurso. Ele prevê que isso acabará acontecendo com a aprovação, em segundo turno, do inciso 2 do artigo 38, pelo qual o primeiro emprego público depende de concurso. Na sua interpretação, a obrigatoriedade do exame cairia nos casos do segundo emprego na administração pública.

O senador Almir Gabriel (PMDB-PA) é o autor da Emenda suprimindo o artigo 23 das Disposições Transitórias. O artigo diz que, para efeito de aposentadoria, prevalecerão as normas em vigor da data de admissão do beneficiário, ou durante sua atividade. A medida poderia provocar o restabelecimento de leis revogadas. A emenda seguinte visa garantir o pagamento de correção monetária para aplicadores em instituições financeiras que se encontram em processo de liquidação judicial.

VOTAÇÃO SIMBÓLICA

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reuniu-se ontem com o presidente e líder do PDS, Jarbas Passarinho, para acertar o esquema de votação das emendas em segundo turno, a partir de terça-feira. Para ganhar tempo, Ulysses vai realizar uma votação simbólica das propostas que não têm conteúdo constitucional, especificamente as de omissão e de redação.

Foi acertada ainda a reunião de emendas afins, que serão votadas de uma só vez. A Mesa da Constituinte aceitará emendas que tentem corrigir o texto em dispositivos que ficaram desfigurados pela redação feita da matéria aprovada em primeiro turno. Preocupado em enxugar o texto final, o relator Bernardo Cabral somou artigos, mudando o sentido de algumas emendas.

Para Archer, não há "risco de catástrofe"

Ministro garante que o novo sistema de seguridade social não provocará rombo

BRASÍLIA — O ministro da Previdência Social, Renato Archer, garantiu ontem que a criação do novo sistema de seguridade social pela Constituinte não causará problemas financeiros para o ministério. "Não há risco de catástrofe", disse Archer, esclarecendo que a única medida a ser adotada sete meses depois da promulgação da nova Constituição é a atualização do valor dos benefícios.

A posição do ministro da Previdência, no entanto, foi contestada pelo líder do PFL, José Lourenço. "Renato Archer sairá do governo quando acabar de quebrar a Previdência, e isso não vai demorar", afirmou o deputado. Para consolidar a previsão, o deputado revelou sua fonte: "Quem me disse que o buraco da Previdência é de

1,8% do PIB foi o ministro João Batista de Abreu, que também é do PMDB".

Seguro de que não haverá impacto em sua área, Archer levou ontem ao presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, um documento de 20 páginas e três anexos demonstrando o equilíbrio financeiro do novo sistema com base em cálculos e projeções elaboradas por técnicos da Previdência. Depois, no Congresso, ele reuniu-se com o deputado Ulysses Guimarães, líderes partidários e com o senador Almir Gabriel, autor do projeto de seguridade social. O ministro fez questão de agradecer o parecer favorável do relator Bernardo Cabral suprimindo a aposentadoria proporcional aos 25 anos de trabalho.

Em termos globais, revela o documento ministerial, as despesas com benefícios em 1989 aumentarão 18%, e no máximo 30,3% após a aplicação das melhorias no setor cujos efeitos financeiros puderam ser avaliados e que só se concretizarão a partir de 1990. Os gastos estão previstos em 30,80%

sobre as atuais despesas com benefícios — representando Cz\$ 647,5 bilhões, e são os seguintes: 19,06% (Cz\$ 407,8 bilhões) com equiparação dos benefícios urbanos e rurais a um salário-mínimo; dos quais 3,10% com urbanos e 15,96% com rurais; e 5,30% (Cz\$ 113,4 bilhões) com o pagamento de pensão de um salário mínimo aos idosos e deficientes carentes; 3,10% (Cz\$ 66,3 bilhões) com abono anual (13º salário) dos aposentados no valor do benefício no mês de dezembro, 0,5% (Cz\$ 10,7 bilhões) com ampliação da licença maternidade para 120 dias; e 2,3% (Cz\$ 49,2 bilhões) para concessão da licença paternidade de oito dias.

Não entraram nessas projeções, entre outros a equivalência dos planos de benefícios urbano e rural, antecipação da idade limite para concessão de aposentadoria por velhice para trabalhadores rurais, aposentadoria proporcional às mulheres aos 25 anos de trabalho, e concessão da pensão ao marido ou companheiro por morte da segurada.

Cabral não leva o líder a sério

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), não leva a sério o líder do PFL, deputado José Lourenço (PFL-BA), que propôs o adiamento do segundo turno da votação em plenário do texto da nova Constituição para depois das eleições municipais. Em sua opinião, a liderança do PFL deve estar refletindo o pensamento de alguns dirigentes empresariais, preocupados com as dificuldades em suprir pontos que não lhe agradam.

Ontem, em Brasília, Cabral disse que os empresários custaram muito a trabalhar por suas teses. "Tenho para mim que não acreditavam na Constituinte. Quando mudaram de ideia, depararam com a exigência do tempo." Já os dirigentes sindicais, por exemplo, lutaram por seus interesses desde os primeiros momentos da Assembleia Constituinte, segundo o relator. Por isso, ele não acredita no êxito de movimentos proletários.

Não é diferente a opinião do governador do Paraná, Alvaro Dias. "Nós já estamos muito atrasados", constatou ontem, em Porto Alegre. "A Nação não resiste por mais tempo. É preciso promulgar a Constituição em agosto, no mais tardar início de setembro." Dias também considera sem fundamento a ameaça do PFL de se ausentar das trabalhos — para inviabilizar os trabalhos — caso não seja feito um acordo geral de supressão de pontos com que discorda. "A ausência do PFL não impediria os trabalhos. O quórum de 280 votos só é exigido para mudanças. Então, se quer mudar algo, tem de aparecer nas votações."

SUPRESSÕES

Mas não são apenas os empresários os interessados em retirar alguns pontos do texto constitucional. Marcondes Gadelha, líder do governo no Senado, afirmou ontem, em Salvador, que o Planalto usará os meios de comunicação para fazer a sociedade cobrar a presença dos constituintes em plenário, tornando mais fácil a aprovação das emendas supressivas de



Para Cabral, Lourenço é reflexo de empresários

Aumentam as pressões para vetar a anistia

Se depender dos bancos de desenvolvimento, a anistia aos pequenos e microempresários e aos pequenos e médios e miniprodutores rurais não passará no segundo turno de votação da Constituição. Essa foi a principal conclusão a que chegaram, ontem, 31 representantes da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE), durante a reunião anual da entidade, realizada em São Paulo. O presidente da ABDE, José Tiacci Kirsten, disse que será exercida forte pressão sobre os governadores para que convençam os constituintes a não aprovar a anistia: "Caso contrário perderemos cerca de Cz\$ 50 bilhões".

No decorrer da reunião, informou Tiacci Kirsten, os associados da ABDE demonstraram que, só por conta da aprovação da anistia no primeiro turno, houve um aumento considerável do número de inadimplentes. No Paraná, segundo eles, a reação psicológica da medida elevou em 20% o total de pagamentos em atraso, e, em outros estados, embora ainda não tenha sido medida, a inadimplência está em ascensão.

O prejuízo inicial de Cz\$ 50 bilhões, entretanto, é considerado modesto por José Tiacci Kirsten, que também é presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp): "Essa perda não é muito grande. Estamos mais preocupados com a repercussão imediata que uma aprovação desse tipo provocaria. Pelo princípio da isonomia, todos os devedores, a rigor, poderão entrar na Justiça pedindo o mesmo benefício, com grandes chances de ganhar a questão. Al, sim, estaremos falando de quantias astronômicas". Apesar da decisão tomada na reunião, não se chegou a uma posição coletiva de como deverão ser analisados os empréstimos em atraso, contraídos durante o Cruzado, de empresários e produtores. O procedimento será "o de costume", explicou apenas Kirsten.

Multinacionais pedem colaboração a Sarney

BRASÍLIA — O presidente Sarney teve ontem novo encontro com empresários, desta vez representantes de multinacionais que atuam no Brasil, entre eles o presidente da Shell brasileira, Anthony Broughton, e o presidente da Xerox do Brasil, Henrique Gregory. Os empresários convidaram Sarney para participar de um programa de televisão que irá ao ar na segunda-feira, em rede nacional, segundo Gregory "mostrando a importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento do Brasil". O presidente ficou de avaliar os efeitos políticos de sua possível participação, antes de dar uma resposta definitiva.

Na quarta-feira, o presidente recebeu outro grupo de represen-

tantes do empresariado, liderado pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato. Na reunião, foi aprofundada a discussão sobre a atuação conjunta do governo e empresários frente à votação do segundo turno da Constituinte, para a supressão de itens como a jornada de trabalho de seis horas, a licença-paternidade e o tabelamento dos juros em 12%.

Durante a reunião de quarta-feira Sarney se disse preocupado com o "efeito constituinte" sobre a economia. Ele ressaltou que o Brasil não tem condições de suportar os novos custos que a nova Constituição poderá criar, que segundo estimativas preliminares do governo chegam a Cz\$ 2 trilhões.

Ulysses pode perder cargos

BRASÍLIA — Na votação do segundo turno da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães poderá perder três dos quatro cargos que exerce. Estarão em jogo no plenário, a médio prazo, a presidência da Câmara, a vice-presidência da República (na falta de um vice-presidente o presidente da Câmara é o primeiro na linha sucessória da República) e a presidência da Constituinte. Este último cargo ele perderá naturalmente com a promulgação da nova Carta e o fim dos trabalhos da Constituinte e os outros dois em fevereiro do próximo ano, se for mantido o veto à reeleição de membros das Mesas da Câmara e do Senado para o mesmo cargo.

A Ulysses Guimarães restará a presidência do PMDB, cargo que também poderá estar em disputa na convenção do partido, marcada para 20 e 21 de agosto. O primeiro passo para que ele se mantenha na presidência da Câmara e na vice da República foi dado pelo relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral. Apesar de aspirante ao lugar de Ulysses na Câmara, Cabral deu parecer favorável às três emendas supressivas do Parágrafo

5º, do artigo 59, que, se aprovadas, permitirão a sua reeleição.

"Eu não podia impedir uma candidatura", explicou Cabral ao deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), primeiro secretário da Câmara e também candidato à cadeira de Ulysses. Pelo telefone, Paes queria saber ontem à tarde se Cabral havia retirado a sua candidatura. Os dois garantem que só não disputarão se Ulysses estiver no páreo.

No Palácio do Planalto, o assunto é tratado com seriedade. "A reeleição do doutor Ulysses é obrigatória", explicou um assessor do presidente José Sarney. No círculo palaciano há, porém, muito ceticismo. Outro assessor importante de Sarney acha difícil juntar 280 votos para suprimir a proibição. Ele argumenta que esse quórum se tornará inalcançável se Ulysses não pedir votos. Numa recente conversa de duas horas com Paes de Andrade — de quem é amigo há 30 anos —, Ulysses disse que não faria articulações nesse sentido, embora reconheça que a perda de poder representará um duro golpe às suas pretensões presidenciais.